



## Comissões aprovam benefícios sociais e isenção de impostos

Paris Neto



Temas de interesse da população avançaram no Senado no primeiro semestre. Propostas ainda serão votadas em outros colegiados da Casa ou terão que ser examinadas pela Câmara dos Deputados

**B**enefícios fiscais para patrões de empregados domésticos e de cuidadores de idosos, garantia de licenças maternidade e paternidade para militares e isenção de imposto sobre

operações financeiras (IOF) para empréstimo consignado foram alguns dos temas debatidos nas Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania para melhorar a vida da população. **4**

Licença-maternidade de 180 dias, já garantida às trabalhadoras civis, será estendida às militares, segundo projeto

### Zona Franca de Manaus será prorrogada por 50 anos

O Congresso Nacional vai promulgar, em sessão solene na terça-feira, dia 5, a emenda constitucional que prorroga até 2073 os benefícios tributários da Zona Franca de Manaus. **2**



Senadores e deputados federais vão se reunir na próxima semana para promulgar a Emenda Constitucional 83/2014

Moreira Manz/Agência Senado

### especial Cidadania

Excepcionalmente, não publicamos hoje o *Cidadania*, que volta em 5 de agosto.

### Projeto anistia aluno expulso por motivação política **3**

### Consumidor deve receber mais por contas indevidas **3**

### Foro para ação judicial poderá ser escolhido por cidadão **3**

Reprodução/Blog Semadig



### Proposta cria exigência de inspeção em edifícios

A estrutura e a segurança de edifícios deverão ser inspecionadas a cada cinco anos. É o que prevê projeto em comissão. **3**

Edifício Liberdade, no Rio de Janeiro, desabou em 2012, ano em que o texto foi apresentado

### O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Estatuto da Juventude



## Liberdade é ter autonomia

Os jovens sonham ser livres e independentes. Por isso, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Juventude, que permite a você que tem entre 15 e 29 anos viver com mais autonomia.

É a lei ajudando os jovens a alçar voos cada vez maiores.

saiba mais em:  
[www.senado.leg.br/agoraelei](http://www.senado.leg.br/agoraelei)





# Emenda prorrogará Zona Franca de Manaus até 2073

Congresso promulga, na semana que vem, emenda constitucional que prorroga benefícios tributários da zona franca. Eduardo Braga acredita que medida contribuirá para redução de desigualdades regionais

O CONGRESSO NACIONAL realiza, na terça-feira da próxima semana, sessão solene destinada à promulgação da Emenda Constitucional 83/2014, que prorroga benefícios tributários da Zona Franca de Manaus até 2073. A sessão terá início ao meio-dia, no Plenário do Senado Federal.

De autoria do Executivo, a proposta altera o artigo 92-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), como forma de crescer 50 anos ao prazo fixado no dispositivo, segundo o qual a vigência dos

benefícios se encerra em 2023.

Na avaliação do governo, o prolongamento da vigência da Zona Franca de Manaus oferece segurança jurídica para que os empresários mantenham projetos ou aumentem investimentos, além de permitir a continuidade de um regime que vem colaborando para o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia.

A matéria foi relatada pelo senador Eduardo Braga (PMDB-AM) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Para Braga, a prorrogação por mais 50 anos do prazo fixado

para a manutenção da Zona Franca contribuirá para o desenvolvimento da Região Amazônica e para a redução das desigualdades regionais que marcam o país.

De acordo com o relator, o Polo Industrial de Manaus (PIM) reúne cerca de 600 empresas de alta tecnologia nos segmentos eletroeletrônico, de informática e de produção de veículos de duas rodas. Em 2013, essas empresas geraram cerca de 113 mil empregos diretos e alcançaram uma receita total próxima de R\$ 90 bilhões.



Linha de montagem de TV na Zona Franca de Manaus: governo diz que regime contribui para desenvolver a Amazônia

## Anibal Diniz comemora avanços sociais do Brasil

Anibal Diniz (PT-AC) ressaltou os bons resultados do Brasil no relatório anual do Programa da ONU para o Desenvolvimento (Pnud). Com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,744, o Brasil melhorou uma posição em relação a 2012. Está agora em 79º lugar entre as 187 nações reconhecidas pela Organização das Nações Unidas.

O senador lembrou que o atual IDH no Brasil é superior ao IDH médio da América Latina e do Caribe (0,740) e ao IDH calculado para os países de Alto Desenvolvimento Humano (0,735). O índice é

calculado tendo como base dados comparáveis para saúde, educação e renda.

Ele também recordou que, ao apresentar esses números,



Anibal ressaltou melhora do país no Índice de Desenvolvimento Humano

a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, afirmou que o Brasil é um dos países com mais pontos positivos. De acordo com a ministra, o país foi citado como exemplo de investimento em políticas inclusivas, além de ações eficazes no combate à pobreza e valorização do salário mínimo.

— É verdade que sempre reputo esse desempenho positivo à inflexão iniciada pelo ex-presidente Lula, quando ele colocou como base do seu governo o crescimento da economia aliado à inclusão social do maior número de pessoas.

## Jorge Viana lamenta falta de reforma política e critica PSDB

Jorge Viana (PT-AC) lamentou, em discurso no Plenário, a ausência de uma reforma política que valesse já para as eleições de outubro. Por causa disso, ele acredita que as campanhas serão caras e desiguais do ponto de vista do poder econômico de cada candidato e partido.

— Essa é a mãe das reformas, a mais importante reforma de que este país precisa, porque, se o Brasil se modernizar do ponto de vista da política, nós vamos fortalecer a democracia, vamos tirar essa suspeição na representação democrática, vamos ter governos com mais autoridade de promover mudanças — disse.

Ao defender o governo de Dilma Rousseff, Jorge Viana não poupou o grupo que classificou como “a elite que tem complexo de vira-lata, que não reconhece as mudanças que o nosso país já experimenta, que parece que não entende que o Brasil era um país que, há 11 anos, tinha um PIB de US\$ 500 bilhões e hoje apresenta um PIB de US\$ 2,3 trilhões”.

Esse grupo, segundo o senador, são os adversários que estão em volta, por exemplo, da candidatura do PSDB — a quem denominou o “ninho da elite” que tenta forjar ação contra o país, usando o argumento de que estão



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Viana, a reforma política fortalecerá a democracia brasileira

enfrentando o PT e o governo.

— Nós pegamos um país com 12% de inflação. Aí, a inflação fica próxima de 6% e dizem que o PT explodiu a inflação no país, mas com o PSDB era 12%. O PSDB ficou oito anos no governo e gerou 4 milhões de empregos; Lula e Dilma geram 20 milhões. O PSDB governa São Paulo há 20 anos e lá existe uma crise de água para beber por falta de investimento, porque as represas são da década de 70 — afirmou.

Em contrapartida, o senador minimizou os números ruins do governo Dilma dizendo que “são consequências que o mundo todo enfrenta por conta da crise global”. Ele disse ainda que o Brasil “atravessa essa crise gerando emprego com carteira assinada, com uma economia que segue como referência no mundo”.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sessão ordinária não deliberativa, destinada a discursos dos senadores.

#### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

#### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

#### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portella

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

#### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

#### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Marco Antonio Reis

**Diretor-adjunto:** Flávio Faria

**Coordenação de Cobertura:** Nelson Oliveira

**Coordenação de Edição:** Sílvio Burl

**Coordenação de Multimídia:** James Gama

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição:**

André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

**Diagramação:** Beto Alvim e Ronaldo Alves

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



# Projeto prevê inspeção periódica em edifícios

Avaliação de edifícios residenciais e comerciais deverá ser feita a cada cinco anos, segundo texto, e exame da segurança contra incêndio e dos elevadores deverá ser anual

OS EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS e comerciais deverão passar por inspeção do estado geral de solidez e funcionalidade a cada cinco anos. Já as condições de segurança contra incêndio e do sistema de elevadores deverão ser avaliadas anualmente. É o que prevê o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 31/2014, que institui a Política Nacional de Manutenção Predial. O projeto está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde conta com o apoio do relator, senador Francisco Dornelles (PP-RJ).

Pelo texto, a inspeção será feita em edificações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, de prestação de serviços, industriais, culturais, esportivas e institucionais em todo o território nacional. O projeto ainda determina que a inspeção deverá observar as condições de pilares, fundações, lajes, fachadas e marquises e conferir o cumprimento da legislação vigente quanto à segurança nas instalações elétricas, hidráulicas e de distribuição de gás de uso comum.

Para a realização das manutenções periódicas, o responsável pelo prédio deverá contratar engenheiro com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea).



Em 2012, ano em que o projeto de lei foi apresentado no Congresso, o desabamento do Edifício Liberdade, no Rio de Janeiro, matou 17 pessoas

Os riscos constatados terão de ser corrigidos em até 90 dias após o recebimento do laudo. Ainda conforme a proposta, o proprietário de unidades individuais em prédios de uso coletivo deverá oferecer ao condomínio laudo de responsabilidade técnica sempre

que promover reformas que possam acarretar modificações estruturais. Os prédios de até dois andares, com uso exclusivamente familiar, ficam dispensados de cumprir as exigências previstas no texto.

O autor do projeto, deputado Au-

gusto Coutinho (SD-PE), que é engenheiro civil, lembra que no início de 2012 — ano em que apresentou a proposta — houve o desabamento do Edifício Liberdade, no centro do Rio de Janeiro, provocando a morte de 17 pessoas.

## Estudantes expulsos por motivação política poderão voltar à universidade

Estudantes excluídos de instituições federais de ensino superior por motivação política poderão ser reintegrados. Projeto de lei com esse intuito (PLS 378/2012) conta com relatório favorável na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde receberá decisão terminativa. De autoria do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), a proposta, que concede anistia a alunos nessa situação em razão de abandono, jubramento ou

expulsão pelo exercício de atividade política, está pronta para ser incluída na pauta do colegiado.

Três exigências devem ser cumpridas cumulativamente para se obter o benefício: ter ingressado na instituição de ensino por meio de exame seletivo regular; solicitar a reintegração no prazo de três anos, contados da transformação do projeto em lei; e não ter concluído outro curso de nível equivalente neste período. A

proposta estabelece ainda que as instituições de ensino deverão reservar vagas destinadas a novos ingressos para acomodar estudantes nessa situação. Também abre possibilidade de remanejamento para outra escola ou curso diverso do frequentado pelo aluno caso haja disponibilidade de vaga.

“No momento em que nossa sociedade vive a realidade estabelecida pelo sistema de cotas nas universidades, oferecendo um resgate de toda uma comunidade excluída, enxergamos a oportunidade de também resgatar a conclusão da formação para aqueles que foram jubilados, expulsos ou abandonaram as instituições por motivação política”, afirma Inácio Arruda na justificativa do PLS 378/2012. O relator, Benedito de Lira (PP-AL), concorda: “As normas vão deixar claros os critérios para se determinar o conceito de atividade política”, pondera.



Valadares defende que consumidores recebam mais por cobranças indevidas

## Texto aumenta punição por cobrança indevida

Uma mudança no Código de Defesa do Consumidor poderá obrigar empresas e fornecedores de serviços essenciais a devolver ao consumidor valores cobrados indevidamente, multiplicados por quatro. Esse é o objetivo do Projeto de Lei do Senado (PLS) 143/2014. Atualmente, a lei prevê a devolução dos valores em dobro.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), autor do projeto, defende que o valor devolvido hoje não é

suficiente para que os fornecedores se preocupem em sanar as cobranças indevidas. “O aumento poderá ajudar a coibir as práticas abusivas das empresas”, justifica. A devolução dos valores seria obrigatória no caso de fornecimento de água canalizada, energia elétrica, gás canalizado, captação de esgoto e telecomunicações. O projeto está na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e aguarda um relator.



Projeto de Inácio resgata para o aluno oportunidade de concluir a formação

## Medida favorece consumidor em ação judicial

Está pronto para ser votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto que deixa a critério do consumidor a escolha do foro para processar e julgar ações cíveis nos juizados especiais. A proposta (PLC 94/2012) é do deputado Chico Lopes (PCdoB-CE) e tem como relator o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

O projeto acrescenta à Lei dos Juizados Especiais

(Lei 9.099/1995) dispositivo para que, nas ações sobre relações de consumo, o foro competente para julgar a causa seja o do domicílio do consumidor. No caso em que o consumidor for o autor, o dispositivo estabelece que ele poderá escolher o foro.

A proposta recebeu voto favorável de Aloysio. Para ele, o projeto está de acordo com as leis que protegem o consumidor como a parte mais vulnerável.



Aloysio: proposta concorda com leis de defesa do consumidor



Propostas que avançaram no primeiro semestre favorecem empregados domésticos e cuidadores de idosos e estendem às militares a licença-maternidade de 180 dias

# Benefícios sociais e fiscais avançam no Senado

**BENEFÍCIOS FISCAIS PARA** patrões de empregados domésticos e de cuidadores de idosos, garantia de licenças maternidade e paternidade para militares, isenção de imposto sobre operações financeiras (IOF) para empréstimo consignado, facilidades para o pagamento de boletos vencidos e novo exame para recém-nascidos. Essas foram algumas das medidas aprovadas pelas comissões do Senado no primeiro semestre de 2014.

Para estimular a formalização das relações de trabalho e diminuir o custo de manter um empregado doméstico regularizado, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou o PLS 270/2011, pelo qual poderá ser dedutível do Imposto de Renda do empregador o valor total de salários pagos a apenas um empregado doméstico (teto de três salários por mês), além do 13º salário e do adicional de um terço para as férias. A dedução seria de até R\$ 29 mil. A proposta é do senador Roberto Requião (PMDB-PR). Ele considera positiva a dedução de valores recolhidos ao INSS sobre o salário do empregado doméstico, em vigor desde 2006, mas acredita que essa medida é insuficiente para incentivar a formalização. Atualmente, esse desconto pode chegar a, no máximo, R\$ 1.078.

A CAS também aprovou o fim da cobrança do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros — o chamado IOF — para empréstimos consignados. O objetivo é reduzir custos e baixar juros desse tipo de crédito bancário. A proposta ainda precisa passar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Para o autor, senador Paulo Paim (PT-RS), o empréstimo bancário vinculado à consignação em folha de pagamento é um importante instrumento para fortalecer o mercado interno. E como não apresenta risco de inadimplência, pratica juros mais baixos que outros empréstimos pessoais. Com a desoneração do IOF, Paim acredita que será possível oferecer condição ainda melhor para o consignado.

Já a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou o PLS 138/2009, que elimina a determinação de que os boletos bancários vencidos sejam pagos somente nos bancos que os emitiram.

A maioria dessas propostas ainda será votada em outros colegiados da Casa ou terá que ser deliberada pela Câmara dos Deputados.



Paula Cinquetti/Agência Senado

Empregados domésticos: projeto aprovado em comissão estabelece que empregador terá dedução de até R\$ 29 mil no Imposto de Renda por funcionário regularizado

## Gasto com cuidador de idoso poderá ser abatido de imposto

Os gastos com cuidadores de idosos também poderão passar a ser descontados do Imposto de Renda da Pessoa Física (IR), a exemplo do que já é permitido para as despesas com médicos, dentistas e fisioterapeutas. É o que propõe projeto (PLS 57/2014) do senador Waldemir Moka (PMDB-MS) aprovado na CAS. Na avaliação de Moka, a adoção da medida resultará em alívio para os orçamentos das pessoas idosas com incapacidade e para suas famílias.

Outro projeto aprovado pela CAS (PLS 245/2012) prevê que os valores da aposentadoria das pessoas

com albinismo poderão ficar isentos do Imposto de Renda. Segundo o autor, senador Eduardo Amorim (PSC-SE), o albinismo — condição que causa a ausência parcial ou total do pigmento na pele, nos cabelos e nos olhos — reduz a força produtiva de seus portadores devido a limitações físicas e demanda por tratamentos caros. Por isso, ele considera necessária a concessão de isenção do IR. A relatora do projeto na CAS, senadora Ana Amélia (PP-RS), apresentou emenda que estende o benefício aos portadores de fibrose cística. O texto seguiu para análise da Câmara dos Deputados.

## Projeto quer derrubar proibição dos inibidores de apetite

Dois projetos aprovados no primeiro semestre deverão beneficiar pessoas que necessitam de auxílio para controlar o peso. O primeiro, o Projeto de Decreto Legislativo do Senado (PDS) 52/2014, aprovado na CCJ, suspende a resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que proibiu, no final de 2011, o uso de inibidores de apetite. A norma da Anvisa vetou a comercialização de medicamentos à base de anfepramona, femproporex e mazindol e impôs restrições à comercialização e ao registro da sibutramina, um dos remédios

mais vendidos atualmente para redução do apetite. A medida deve reduzir o custo do tratamento para pacientes mais pobres. A proposta ainda deve passar por votação em Plenário e, caso aprovada, seguirá para promulgação.

Outro projeto aprovado pela CAS, o PLS 494/2013, quer diminuir o preço de alimentos para dietas de ingestão controlada de açúcares ou com restrição de carboidratos, gorduras, proteínas e sódio. A proposta do senador Waldemir Moka (PMDB-MS) reduz a zero os impostos federais sobre esses produtos.

## Licença-maternidade de 180 dias deve ser estendida às militares

Duas propostas aprovadas poderão beneficiar famílias com recém-nascidos.

O PLC 22/2013 regulamenta o direito às licenças maternida-

de e paternidade no âmbito das Forças Armadas. Atualmente, esses benefícios são regidos por leis específicas. O texto explicita o direito das militares

à licença-maternidade de 120 dias, prorrogáveis por mais 60, garantido pela Lei 11.770/2008, que cria o Programa Empresa Cidadã. Em caso de aborto, a

militar também teria direito a 30 dias de licença para tratamento de saúde.

Para as adotantes, o projeto garante licença remunerada por 90 dias se a criança tiver até 1 ano de idade, e por 30 dias se tiver um 1 ano ou mais. O militar que for pai terá direito a licença de cinco dias seguidos, segundo estabelece o projeto. A proposta segue para análise da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Já o PLC 113/2013, aprovado em março, obriga os hospitais a realizarem o “teste da linguinha” em recém-nascidos para a identificação de problemas que possam resultar em dificuldades na fala, sucção, deglutição e mastigação, a chamada língua presa.



Militares poderão ter licença-maternidade de 180 dias e direito a folga no caso de aborto ou adoção. Pais terão cinco dias